

O PROJETO NORMA ORAL DO PORTUGUÊS POPULAR DE FORTALEZA – NORPOFOR

Aluiza Alves de Araújo (UECE)
aluizazinha@hotmail.com

1. *Palavras iniciais*

Por muito tempo, os linguistas tiveram sua atenção voltada para afirmações não fundamentadas empiricamente. Com o advento dos estudos sociolinguísticos, a linguística passa a se preocupar com a língua em uso. No Brasil, como consequência deste fato, começaram a ser criados projetos de formação de *corpora* de língua falada, possibilitando, assim, descrever e analisar o Português Brasileiro sob nova ótica.

É neste contexto que, na década de 70 do século passado, teve início o pioneiro projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC), desenvolvido em cinco capitais brasileiras, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, com o objetivo de investigar e descrever o falar culto do português brasileiro. Constituído, exclusivamente, por informantes com nível superior completo, este *corpus* controla as variáveis tipo de registro, faixa etária e gênero. Este banco de dados vem sendo ampliado com a gravação de novas entrevistas feitas por meio do recontato de falantes da década de 70 e pela constituição de uma nova amostra complementar (<http://www.lettras.ufrj.br/nure-rj>).

Nas décadas seguintes, outros projetos foram surgindo em diversas regiões do país com o propósito de investigar e descrever variedades linguísticas do português brasileiro, tais como: o VARSUL (Variação Linguística no Sul do Brasil) que, iniciado em 1982, apresenta amostras de fala dos três estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), levando em conta etnia, nível de escolaridade, idade e gênero (<http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul>); e o VALPB (Variação Linguística da Paraíba) que foi criado em 1993 e é formado por 60 informantes distribuídos, igualmente, em função do gênero, da faixa etária e dos anos de escolaridade, conforme Hora e Pedrosa (2001).

No que diz respeito ao falar fortalezense, há dois bancos de dados que se destacam por seu representativo número de informantes: o POR-CUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza) e o NORPOFOR (Norma Oral do Português Popular de Fortaleza). Estes dois *corpora*, ambos desenvolvidos com o apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE),

adotaram na sua constituição os mesmos procedimentos utilizados pelo NURC na seleção dos informantes e na coleta dos dados.

O PORCUFORT, constituído por 72 informantes, estratificados de acordo com o gênero, a faixa etária e o tipo de registro, tinha o objetivo de organizar um banco de dados da variedade urbana culta da língua portuguesa falada pelos fortalezenses (ARAÚJO, 2000). Este projeto foi coordenado pelo professor José Lemos Monteiro, no período de 1993 a 1995, e, na sua execução, contou com a colaboração de 04 alunas do curso de graduação em Letras da UECE. Desde então, o PORCUFORT vem sendo a única fonte de dados sobre a norma culta oral de Fortaleza para a produção de trabalhos acadêmicos na graduação e na pós-graduação de todas as universidades sediadas no Ceará e de outros estados da federação. Este banco de dados encontra-se totalmente transcrito e digitalizado.

O projeto NORPOFOR foi idealizado com o objetivo de constituir um banco de dados sobre o falar popular dos fortalezenses. Face à inexistência de um *corpus* que fosse suficientemente representativo dessa variedade do ponto de vista quantitativo e que controlasse as variáveis gênero, faixa etária, escolaridade e tipo de registro, surgiu a motivação para elaboração do NORPOFOR. Este projeto, coordenado pela professora Aluiza Alves de Araújo, recebeu, durante a sua fase de coleta de dados, a valiosa contribuição do professor Kilpatrick Müller Campelo que, na época, era professor substituto da UECE. É imprescindível dizer que sem a participação dos alunos do curso de graduação em Letras da UECE, o NORPOFOR não teria um número tão elevado de informantes e o número de transcrições seria ainda muito reduzido.

2. *O modelo teórico-metodológico*

Na década de 60, quando Weinreich, Labov e Herzog (1968) propõem um modelo teórico que se preocupava, principalmente, em descrever as regras variáveis do sistema linguístico, considerando os fatores linguísticos e sociais, surgiu, no cenário linguístico, a Teoria da Variação e Mudança Linguística.

Nesse modelo, também denominado de Sociolinguística Variacionista, não há espaço para se pensar em um sistema linguístico abstraído do uso real que se faz da estrutura de uma dada língua, porque o sistema só existe enquanto uso, não sendo possível dissociá-lo do contexto em que se concretiza. Por isso, a explicação para o fenômeno da variação

não se encontra apenas nos fatores linguísticos, ou internos à língua, mas também nos fatores sociais, ou extralinguísticos.

De acordo com a proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968), a língua passa a ser vista como um sistema heterogêneo e organizado, o que significa dizer que a estrutura linguística comporta variação sistematizada, pois, se não pudesse ser sistematizada, como seria possível explicar o fato da variação não interferir na comunicação dos membros de uma comunidade. Segundo os autores, por trás do mundo aparentemente caótico da variação, há regularidades passíveis de definição que possibilitam à língua manter sua sistematicidade. Por isso, segundo Alkmin (2001, p. 33), deve-se entender “a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico”.

Para Labov (1972), a língua é um fenômeno eminentemente social e, em decorrência disso, reluta em aceitar o termo sociolinguística, porque o autor não concebe uma linguística que não seja sociolinguística. No entanto, aceita o uso desse termo para que se estabeleça a diferença entre os estudos baseados em dados intuitivos (linguísticos) daqueles baseados em dados reais obtidos através da recolha de gravações de interações orais ou da coleta de textos escritos (sociolinguísticos).

Considerando o fato de que, para Saussure, a língua é um sistema que existe virtualmente no cérebro de cada pessoa, Labov (1972) entende que, de acordo com esse pensamento, seria possível, baseando-se em apenas um falante, descrever a língua (aspecto social), mas a fala (aspecto individual) só poderia ser estudada através da interação de dois ou mais indivíduos. Labov (1972) denomina tal fato de *paradoxo saussuriano*, corrigindo-o, ao fazer a descrição da língua a partir de uma comunidade, e não a partir de um único falante.

Admitindo que a língua é, por si só, um fenômeno eminentemente social, estabelece-se o pressuposto de que uma mudança linguística não pode ser estudada fora da comunidade em que ela ocorre, posto que a língua é um conjunto de forças internas e externas à estrutura em si. Figueroa (1994, p. 84) entende que “a comunidade de fala não é uma entidade fácil de definir de uma forma não trivial”. A esse respeito, Labov (1972, p. 158) afirma que “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam as mesmas formas, mas como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à linguagem”.

Não aceitando a intuição como fonte dos dados linguísticos e adotando o princípio de que a língua é heterogênea por natureza e variável na comunidade e no indivíduo, Labov (1972) defende a ideia de que a mesma deve ser analisada no contexto social, através do desempenho.

O sociolinguista, tendo como objeto de estudo a fala das pessoas que fazem parte de uma comunidade linguística, precisa se envolver com a comunidade para observar o uso da língua. Para tanto, seleciona indivíduos, isto é, informantes, para representar o grupo a que pertencem segundo critérios etnográficos ou sociológicos. Porém, e o pesquisador já tiver um banco de dados coletado, transcrito e armazenado eletronicamente, economiza-se tempo e dinheiro. Por isso, os pesquisadores necessitam que sejam levantados *corpora* de língua falada.

Segundo Naro (2003, p. 25), “a metodologia da Teoria da Variação constitui uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações linguísticas.” Isso justifica a escolha por este método.

3. Procedimentos metodológicos

O projeto NORPOFOR segue os preceitos da Sociolinguística Quantitativa, defendida por Labov (1972), segundo a qual para que a coleta de dados retrate fidedignamente o falar de uma determinada comunidade, devem ser observados, com rigor, certos procedimentos na seleção dos informantes e na gravação dos inquéritos, conforme está descrito nos subitens que se seguem.

3.1. Os informantes

Todos os 198 informantes do projeto NORPOFOR preenchem os seguintes requisitos: – são fortalezenses natos ou vieram morar nesta cidade com, no máximo, cinco anos de idade; - possuem pais cearenses; – nunca se ausentaram de Fortaleza por um período superior a dois anos consecutivos; – mantêm residência fixa na capital cearense. Estes critérios foram adotados com o objetivo de neutralizar a interferência dos fatores de outras regiões.

Os sujeitos que constituem o *corpus* NORPOFOR estão distribuídos em função do gênero (104 pessoas do gênero masculino e 94 do gênero feminino), da faixa etária (I: 15 a 25 anos- 62 falantes; II: 26 a 49

anos- 75 indivíduos; e III: a partir dos 50 anos- 61 pessoas), da escolaridade (A: 0 a 4 anos- 58 informantes; B: 5 a 8 anos- 69 falantes; e C: 9 a 11 anos- 71 indivíduos) e do tipo de registro (Diálogo entre Informante e Documentador: DID- 85 falantes; Diálogo entre dois Documentadores: D2- 74 indivíduos; e Elocução Formal: EF- 39 pessoas). O quadro a seguir permite uma melhor visualização da distribuição dos informantes em função das variáveis sociais controladas.

Quadro de Distribuição dos informantes por gênero, idade, tipo de registro e escolaridade																		
Gênero																		
Masculino																		
Feminino																		
Reg.	DID			D2			EF			DID			D2			EF		
Esc. F. Et.	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
I	5	4	5	4	4	5	2	2	4	4	5	4	2	5	5	0	0	2
II	4	5	5	4	4	4	4	3	4	5	5	5	4	5	5	0	5	4
III	5	6	5	3	3	4	3	2	1	4	5	4	4	5	4	1	1	1

Considera-se que os informantes apresentam baixo nível socioeconômico, tomando-se a sua profissão, a do cônjuge e a dos seus pais, o local de moradia e a quantidade de filhos, como indicadores da classe social.

Quanto ao local de residência, os informantes são provenientes de 69 bairros, distribuídos entre as seis regionais que compõem o município de Fortaleza, possibilitando, assim, uma representação geográfica de toda a área da cidade. A distribuição dos informantes por regionais e bairros encontra-se da seguinte forma:

– Regional I (49 informantes): Álvaro Weyne (05), Barra do Ceará (11), Carlito Pamplona (04), Cristo Redentor (05), Ellery (02), Farias Brito (06), Jacarecanga (02), Jardim Guanabara (03), Jardim Iracema (01), Jangurussu (01), Monte Castelo (04), Pirambu (02), São Gerardo (02) e Vila Velha IV (01);

– Regional II (18 informantes): Aldeota (02); Cidade 2000 (05), Cocó (01), Dionísio Torres (01), Joaquim Távora (02), Papicu (01), Praia do Futuro (03), Praia de Iracema (01), São João do Tauape (01) e Varjota (01);

– Regional III (42 informantes): Antônio Bezerra (11), Bela Vista (02), Bonsucesso (02), Henrique Jorge (08), João XXIII (01), Jôquei Clube (07), Parque Araxá (01), Parquelândia (03), Pici (01), Presidente Kennedy (01), Quintino Cunha (04) e Rodolfo Teófilo (01);

– Regional IV (30 informantes): Alto Alegre (02), Couto Fernandes (01), Demócrito Rocha (03), Fátima (05), Jardim América (01), Pan-Americano (02), Parangaba (06), Santo Amaro (02), Parque São Miguel (01), Serrinha (02), Vila Betânia (01), Vila Pery (02) e Vila União (02);

– Regional V (37 informantes): Bom Jardim (03), Conjunto Ceará (13), Conjunto Esperança (01), Conjunto Nova Metrópole (01), Granja Portugal (02); Conjunto José Walter (03), Maraponga (03), Mondubim (04), Parque Santa Rosa (02), Parque São José (03), Siqueira (01) e Vila Manoel Sátiro (01);

– Regional VI (22 informantes): Aerolândia (04), Alagadiço Novo (01), Barroso (01), Castelão (02), Cidade dos Funcionários (01), Messejana (11), Passaré (01) e Tancredo Neves (01).

Segundo Matos e Neto (2003), com base em dados do Censo 2000, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os bairros de Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres e Praia do Futuro I estão entre aqueles em que os chefes de família apresentam renda mais elevada, ao contrário do que ocorre nos bairros do Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará, Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Quintino Cunha, Conjunto Ceará I, Granja Portugal, Bom Jardim, Parque Santa Rosa e Mondubim, onde os chefes de família possuem as mais baixas rendas. Como no projeto NORPOFOR a Regional II aparece com o menor número de informantes e a Regional I apresenta o maior número de sujeitos, tem-se mais uma comprovação de que os informantes deste projeto são pessoas com baixa renda econômica.

Quanto à profissão dos informantes, listam-se as seguintes: estudante, prendas do lar, aposentado(a), empregada doméstica, serviços gerais, comerciante, vigilante, vendedor(a) autônomo(a), desempregado (a), pastor evangélico, costureira, secretária, pedreiro, servidor público, electricista, professor (a) de reforço, motorista, porteiro, balconista, mecânico, técnico em informática, auxiliar de pedreiro, estoquista, atendente, tatuador, mergulhador, operador de máquina, portuário, contabilista, auxiliar de soldador, estofador, serígrafo, decoradora, técnico em eletrônica, pelador, vidraceiro, auxiliar administrativo, gerente administrativo, analista de suporte, técnico em suprimentos, militar, agente de endemias, bancário, eletrotécnico, lavadeira, cabeleireira, auxiliar de enfermagem, garçom, bordadeira, comerciária, oficial de justiça, cozinheira, artesã, soldador, corretor de modas, supervisor de operações, operário, segurança e professora.

3.2. A coleta de dados

Antes de cada gravação, preenchia-se uma ficha, descrevendo as características socioeconômicas e culturais do entrevistado com o propósito de garantir que o informante atendesse os critérios exigidos. O preenchimento desta ficha, também, permitia que o entrevistador conhecesse um pouco mais sobre o informante, facilitando-lhe a elaboração das perguntas durante a entrevista.

Os informantes tinham conhecimento de que os inquéritos seriam gravados, porém, de início, não sabiam que a sua fala seria objeto de estudo, já que isso poderia fazer com que eles policiassem o seu modo de falar. Nesse momento, esclarecia-se, apenas, que a pesquisa estava sendo realizada com finalidade histórica e cultural, daí o interesse por parte dos pesquisadores em conhecer, de cada informante, as lembranças relacionadas a fatos pessoais e históricos, os anseios, as preocupações, os costumes locais, entre outros. Concluído o inquérito, explicava-se ao entrevistado o motivo real da investigação, isto é, uma pesquisa linguística sobre o falar local, mas isso nunca dificultou a liberação do uso das gravações, principalmente, porque o documentador informava ao entrevistado que a sua identidade, bem como a de amigos e familiares mencionados nas gravações, seria mantida em sigilo.

Embora o grau de intimidade entre o(s) informante(s) e o documentador quase nunca fosse alto, porque, na maioria das vezes, eles não se conheciam previamente, o pesquisador buscava conduzir a entrevista de forma descontraída e natural.

Das 161 gravações, realizadas no período de agosto de 2003 a julho de 2006, foram efetuadas 10 com a participação de dois pesquisadores e as demais com a presença de um só entrevistador. O NORPOFOR contou com a inestimável colaboração de 92 documentadores. Deste total, 03 eram professores (Kilpatrick Müller Campelo, Aluiza Alves de Araújo e Socorro Abreu), 19 eram universitários e 70 eram universitárias, todos vinculados ao Curso de Graduação em Letras da UECE. Os documentadores recebiam as mesmas orientações sobre como realizar a gravação dos inquéritos. Cada um tinha a responsabilidade de estimular o(s) informante(s) a falar e controlar os fatores que pudessem prejudicar a qualidade da gravação (intervenção de terceiros, ruídos externos, manuseio do gravador e fitas cassete, entre outros).

O NORPOFOR é constituído, a exemplo do NURC, por três tipos de gravações, a saber: DID (Diálogo entre Informante e Documentador); D2 (Diálogo entre Dois Informantes) e EF (Elocuções Formais). Basicamente, esses registros se distinguem pelo grau de formalidade. O primeiro apresenta um nível intermediário de formalidade, já que, em geral, não havia intimidade entre informante e documentador; o segundo, o D2, é o menos formal de todos, já que, neste tipo de inquérito, os informantes, necessariamente, são familiares ou amigos; e, finalmente, o terceiro, a EF, apresenta o maior nível de formalidade, em razão deste tipo de inquérito ocorrer em ambientes formais e o tema apresentar certo grau de planejamento.

Como o objetivo dos pesquisadores era coletar o vernáculo, isto é, o falar espontâneo dos informantes, utilizou-se o método da narrativa de experiência pessoal nos DIDs e D2s, que, segundo Tarallo (2001, p. 21), reduz “o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados”. Em razão disso, as perguntas dirigidas aos entrevistados eram relacionadas a assuntos de sua vivência, tais como infância, família, trabalho, lazer, entre outros. Consequentemente, o informante se envolvia, emocionalmente, com o conteúdo narrado, despreocupando-se com a forma como falava. Por isso, nestes inquéritos, a escolha do(s) tema(s) ficava sempre a critério do(s) informante(s) e não eram planejados com antecedência. Entretanto, na gravação do tipo EF, por se tratar, na maior parte dos casos, de palestras e pregações, previamente agendadas, o assunto era de conhecimento do informante. Nos DIDs e D2s, as perguntas do pesquisador eram formuladas com a intenção de se obter um largo número de dados da fala do informante, evitando respostas monossilábicas, porque o objetivo era colher uma amostra bastante próxima de uma conversa natural.

O local da entrevista sempre era determinado pelo entrevistado. No caso dos DIDs e D2s, alguns informantes preferiam realizar a entrevista em seu local de trabalho, já outros escolhiam a escola onde estudavam ou a casa de um amigo ou parente. A grande maioria, no entanto, optou por fazer a gravação na sua própria residência. No caso das EFs, a gravação era feita em auditórios, salas de aula ou igrejas.

Como havia muitos documentadores, decidiu-se, por razões econômicas, utilizar cinco gravadores analógicos e, em cada entrevista era usada uma fita cassete (tamanho normal) de 60 minutos.

A duração máxima de qualquer um dos três tipos de inquéritos é de 60 minutos, já a duração mínima depende da modalidade de elocução. Os DIDs e os D2s duram, no mínimo, 45 minutos e as EFs, 25 minutos. A grande maioria das gravações tem duração de 60 minutos.

3.3. Digitalização dos inquéritos

A digitalização é o processo de transferência do material sonoro das fitas cassetes para o computador que está sendo feito no NORPOFOR pela coordenadora do projeto com o auxílio do programa computacional *Sound Forge 9.0*. Esse processo possibilita o transporte das gravações não só para o computador, mas também para outros meios, como o CD-ROM, ocupando menos espaço físico e facilitando o seu uso. A digitalização também permite eliminar ou reduzir eventuais ruídos físicos ocasionados durante a gravação, produzindo uma melhoria na audibilidade do material sonoro e facilitando o estudo de fenômenos fonéticos, bem como o trabalho do transcritor. Além disso, a digitalização protege as fitas originais de um possível dano, como a perda de parte de uma entrevista, que pode ocorrer em virtude do uso frequente deste material por parte dos pesquisadores.

Até o momento já foram digitalizadas 102 gravações, restando 59 para a conclusão desta etapa.

3.4. Transcrições

Embora este estudo focalize a oralidade da língua, os registros orais estão sendo transcritos, porque há uma multiplicidade de fenômenos linguísticos que exigem do pesquisador uma consulta a um amplo contexto linguístico e isso requer bastante tempo dos estudiosos. Por isso, ter um banco de dados homogeneamente transcrito facilita enormemente o estudo destes fenômenos.

As normas de transcrição do projeto NORPOFOR são, praticamente, as mesmas adotadas por Castilho e Pretti (1986).

As transcrições do projeto estão sendo realizadas por universitários do curso de graduação em Letras, principalmente pelos alunos da disciplina de Sociolinguística e Fonologia do Português, ambas ministradas pela professora Aluiza Alves de Araújo.

Foram feitas até agora 59 transcrições que estão sendo revistas pela coordenadora do projeto. Assim, faltam 102 transcrições para a finalização desta etapa.

4. *Palavras finais*

As gravações do NORPOFOR já foram finalizadas, mas os inquéritos ainda estão sendo digitalizados, transcritos e revistos para posterior publicação. No entanto, alguns trabalhos acadêmicos já começaram a utilizar o material deste *corpus*, como os citados abaixo:

ARAÚJO, A. A. de. *As vogais médias pretônicas no falar popular de Fortaleza*: uma abordagem variacionista. (Tese de Doutorado). UFC: Fortaleza, 2007;

MAIA, J. P. F. *Variação na concordância verbal com nomes coletivos em Fortaleza- CE* (Dissertação de Mestrado). UFC: Fortaleza, 2011;

NASCIMENTO, J. C. D. do. *Marcadores discursivos na norma popular oral de Fortaleza*. (Tese de Doutorado) UFC, Fortaleza, 2010;

NOGUEIRA, M. T. Marcas de modalidade epistêmica na norma oral popular de Fortaleza. In: XXIII Jornada Nacional de Estudos Linguísticos do Nordeste, 2010, Teresina. *XXIII Jornada Nacional de Estudos Linguísticos do Nordeste – Livro de Resumos e Programação*. Teresina: UFPI, 2010.

As primeiras publicações das transcrições do NORPOFOR estão sendo aguardadas para o ano de 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. de A. *A monotongação na norma culta de Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). UFC: Fortaleza, 2000.

ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 21-47, 2001.

CASTILHO, A. T.; PRETI, D. (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo — Projeto NURC/SP — vol. I — Elocuções Formais*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1986.

CORPUS NURC- RJ www.lettas.ufrj.br/nurc-rj

CORPUSVARSUL- <http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul>

FIGUEROA, E. *Sociolinguistic metatheory*. New York: Pergamon, 1994.

HORA, D. da; PEDROSA, J. L. R. (Orgs.). *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba* – VALPB, 5 v. João Pessoa: Idéia, 2001.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MATOS, A. M.; NETO, A. Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(030). <<[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>> Acesso em 21 de junho de 2011.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, p. 15-25, 2003.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehmann, W.; Malkiel, Y. *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, p. 97-98, 1968.